

Adriana Ventura

d e p u t a d a f e d e r a l



*Prestação
de Contas*
NOV/2021 A JAN/2022

NOVO



Missão

"Melhorar a vida das pessoas, principalmente as mais carentes."



Destques do Trimestre

Aprovada a PEC do calote

A PEC dos Precatórios, apelidada de Pec do calote, foi uma manobra fiscal para pagar parceladamente as dívidas da União com pessoas físicas, jurídicas, estados e municípios reconhecidas em decisões judiciais, ou seja, que deviam ser pagas pelo governo. Além disso, a proposta flexibilizava o Teto de Gastos, ao provocar um furo de aproximadamente R\$ 90 bilhões no teto em 2022. A Deputada Adriana Ventura votou contra a PEC.



Aprovado o Marco das Ferrovias

O Novo Marco Legal do Transporte Ferroviário facilitará investimentos privados na construção de ferrovias, o aproveitamento de trechos ociosos e a prestação do serviço de transporte ferroviário. Além disso, aumentará a oferta de ferrovias e de novos investimentos em infraestrutura e permitirá a exploração de trechos não implantados, ociosos, em processo de devolução ou desativação. A Deputada Adriana Ventura votou a favor.

Aprovado o Orçamento de 2022

No final de 2021, foi aprovado o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), que foi sancionado e transformado em Lei Orçamentária Anual para este ano. A Deputada Adriana Ventura protocolou emendas, com dois focos distintos: mitigar o impacto das chamadas emendas de relator (RP9) e a redução do fundo eleitoral. Ambas foram rejeitadas. Por conta desses problemas no projeto, a Deputada Adriana Ventura votou.





Sessões do Plenário



100% de presença



25 sessões deliberativas



116 votações nominiais



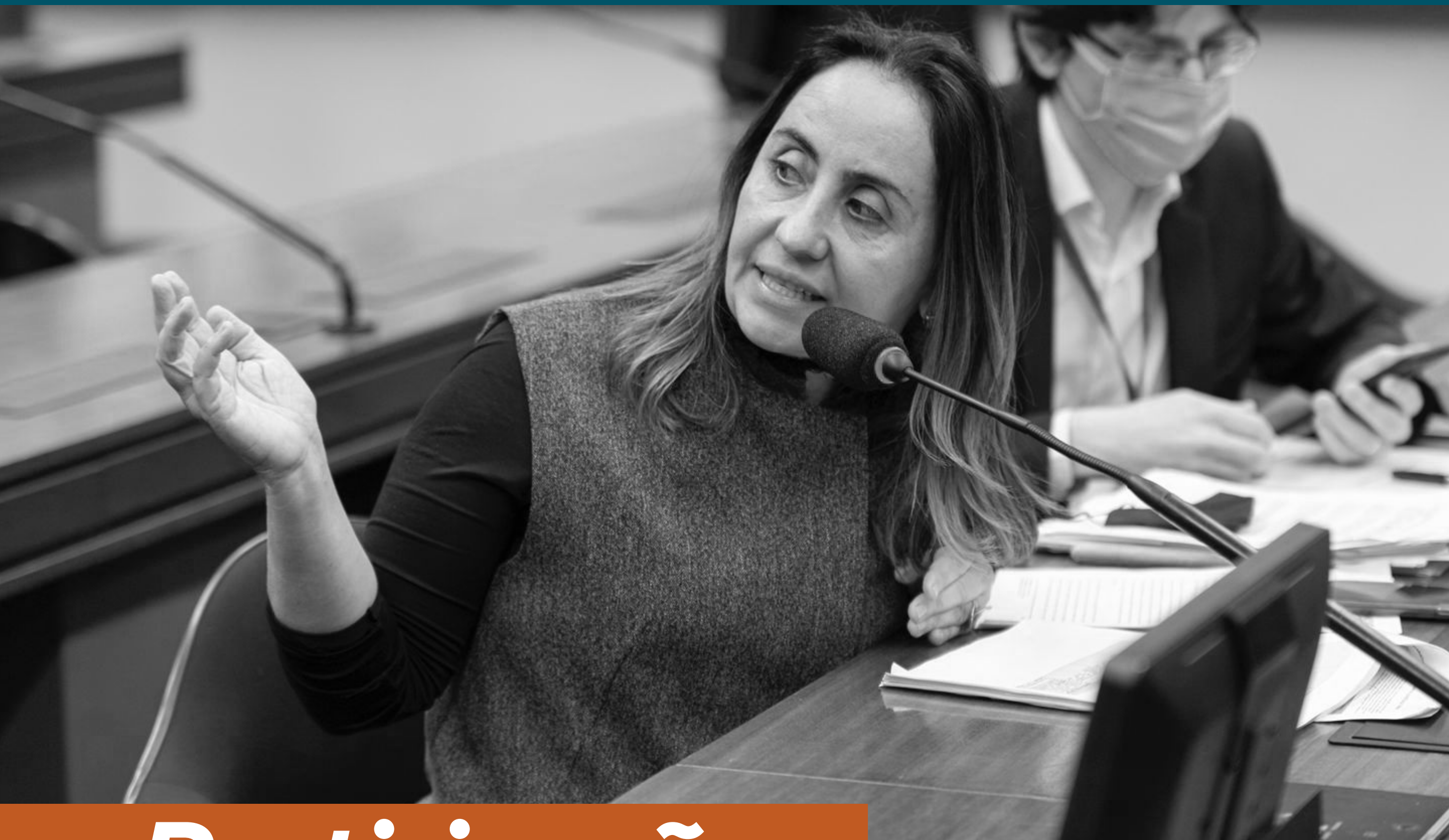
20 discursos

Principais votações










- **PLP 134/2019:** Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes (CEBAS), impondo exigências para que desfrutem de imunidade nas contribuições para seguridade social. *A Deputada Adriana Ventura votou a favor.*
- **MPV 1061/2021:** Reconfigura o programa Bolsa Família, agora denominado Auxílio Brasil, e estabelece o Programa Alimenta Brasil, ampliando o gasto público com produtos da agricultura familiar e empreendimentos rurais familiares. *A Deputada Adriana Ventura votou a favor.*
- **PL 4199/2020:** Institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar), fortalecendo a cabotagem como alternativa viável de transportes no país. *A Deputada Adriana Ventura votou a favor.*

- **PL 5829/2019:** Estabelece a eliminação gradual do subsídio-cruzado, que é quando o Governo dá um desconto e incentivos injustos para um tipo de produção de energia enquanto todos os outros acabam tendo que compensar nos gastos, encarecendo a conta de luz. *A Deputada Adriana Ventura votou a favor.*
- **PL 3846/2021:** Altera a Lei nº 11.903, de 14 de janeiro de 2009, para substituir a bula impressa pela bula digital. *A Deputada Adriana Ventura votou a favor.*





Participação em Comissões

-  Comissão Mista de Orçamento
-  Comissão de Seguridade Social e Família
-  Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
-  Comissão de Educação
-  Grupo de Trabalho do Novo CPP
-  Grupo de Trabalho do Novo Regimento
-  Comissão Especial PEC 517
-  Comissão Externa Políticas 1ª Infância
-  Comissão Especial dos Planos de Saúde



Mais atuações

- Bancada Paulista
- Bancada Feminina
- Presidente da Frente Parlamentar Ética contra a Corrupção
- Presidente da Frente da Telessaúde
- Vice-presidente da Frente Parlamentar da Economia Criativa
- Coordenadora de Avaliações na Frente Parlamentar da Educação
- Coordenadora de empreendedorismo na Secretaria da Mulher

Mais atuações

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, os seguintes relatórios da deputada foram aprovados:

- **PL 5900/2016:** Este PL define os critérios de acesso a quem pode ter justiça gratuita.
- **PL 2317/2015:** Dispõe sobre o acesso às informações relativas ao uso de veículos oficiais ou a serviço do poder público.





Eventos da FECC

Neste trimestre, a Frente Ética Contra a Corrupção, presidida pela Deputada Adriana Ventura, realizou dois eventos com temas importantes:

- **Corrupção no Serviço Público** - No dia 23 de novembro, a FECC realizou seminário para discutir medidas contra a corrupção, tipificação penal de rachadinhas e como ocorrem as investigações em casos de corrupção.

Participaram: Roberto Livianu, Presidente do

Instituto Não Aceito Corrupção; Celso Vilardi, Professor da Pós-Graduação de Direito Penal da FGV-SP e Juliana Dal Piva, Jornalista do Portal Uol.

- **Retrocessos no Combate à Corrupção** - No dia 8 de dezembro, a Frente discutiu as ações ou a falta de ações que prejudicaram, de alguma maneira, o combate à corrupção por parte dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Participaram: João Pedro Gebran Neto, Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região; Rodrigo Chemim, Procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná e Professor de Processo Penal da Universidade Positivo; e Jorge Pontes, Delegado da Polícia Federal e especialista no enfrentamento à corrupção sistêmica.

Acompanhe os eventos da FECC no Youtube.





Proposições

Autoria

- **PL 4131/2021:** Altera a Lei de Acesso à Informação (LAI) para assegurar a transparência da execução das transferências especiais.
- **INDICAÇÃO 1265/2021:** Sugere ao MEC a análise e implementação do Programa Jovem Doutor em âmbito federal.

- **PRC 83/2021:** Altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para prever tramitação distinta de projetos que tratem sobre datas comemorativas, homenagens ou atribuição de nomes espaços, obras ou bens públicos.
- **PRC 84/2021:** Acrescenta artigos ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados para dispor sobre as frentes parlamentares.

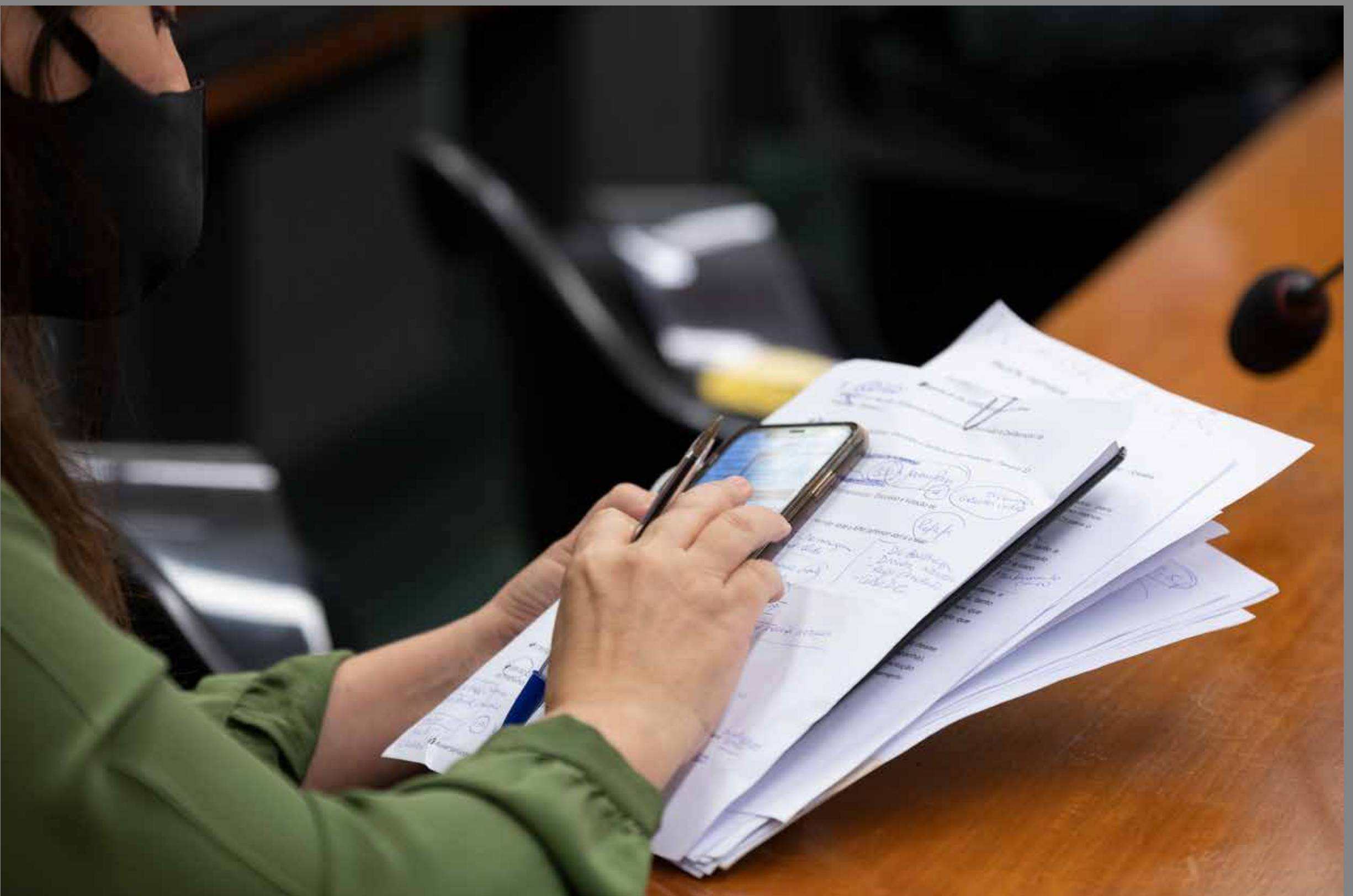
Coautoria

- **PL 4330/2021:** Limita a remuneração, provento ou pensão recebidos cumulativamente por servidor, empregado ou militar, aposentado, inativo ou beneficiário de pensão.
- **PLP 208/2021:** Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional (STN), para desobrigar a administração fazendária de manter o sigilo de dados, que já são acessíveis a outros órgãos da Administração ou disponíveis ao público.

Emendas

- **Projeto de Resolução nº 4/2021:** Foram 3 emendas apresentadas, ampliando a transparência da sistemática de apresentação, aprovação e execução das emendas de relator-geral.

PLN 19/2021: Foram 2 emendas de texto apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022.





Requerimentos de Informação

Autoria

- **RIC 1494/2021:** Solicita informações ao Ministério da Infraestrutura sobre a atuação da ANAC ante à suspensão das atividades da Ita Linhas Aéreas.
- **RIC 1473/2021:** Solicita informações ao Ministério da Saúde sobre o funcionamento e

manutenção do Portal Saúde Baseada em Evidências (PSBE).

- **RIC 1465/2021:** Solicita esclarecimentos à Secretaria de Governo sobre as informações anteriormente prestadas pelo órgão para compreender a real atuação da pasta na articulação, destinação e execução das chamadas emendas de relator-geral.
- **RIC 1344/2021:** Solicita esclarecimentos ao Ministério da Saúde quanto à regulamentação da Lei da Notificação Compulsória do Câncer - Lei nº 13.685/2018.
- **RIC 1331/2021:** Solicita informações ao MEC sobre a demissão coletiva de servidores do INEP, sob a alegação de fragilidade técnica e administrativa da atual gestão da entidade, às vésperas da aplicação das provas do ENEM.

Coautoria

- **RIC 1430/2021:** Solicita informações ao Ministro Paulo Guedes sobre um suposto pedido da Receita Federal ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), com o objetivo de apurar possíveis investigações em dados fiscais do núcleo presidencial.





Entrevistas

Nesse período a Deputada foi mencionada em mais de **30 reportagens em rádios, jornais e TVs**. Entre elas:

- **05/11/21 – Jornal Hoje** – Deputada fala sobre a emenda aglutinativa na PEC dos Precatórios.
- **12/11/21 – Veja** – Deputada fala sobre o Orçamento Secreto e a importância da fiscalização.
- **16/11/21 – CNN** – O Grande Debate - Deputada Adriana Ventura e Guilherme Boulos discutem a politização da Lava Jato.

- **29/11/21 – G1** – Deputada requer transparência nas emendas especiais.
- **01/12/21 – O Globo** – Deputada critica o adiamento da votação da PEC da prisão em 2ª instância.
- **09/12/21 – Estadão** – Deputada participa de debate do jornal Estadão, com o tema combate à corrupção.
- **13/12/21 – Gazeta do Povo** – Deputada apresenta proposta para a redução do Fundo Eleitoral.
- **17/12/21 – O Globo** – Deputada critica a derrubada do veto presidencial sobre o Fundo Eleitoral.
- **21/12/21 – Jornal Nacional** – Deputada se posiciona contra a aprovação do aumento do Fundo Eleitoral.
- **26/01/22 – Jovem Pan News Bauru** – Deputada Adriana Ventura fala sobre educação essencial.

Acompanhe as entrevistas da deputada no Youtube.



Adriana Ventura

1,57 mil inscritos

Entrevistas

Economia em 36 meses

R\$33.763,00
(auxílio-mudança não utilizado)

+ R\$35.407,89
(programa de assistência à saúde não utilizado)

+ R\$153.108,00
(auxílio-moradia não utilizado)

+ R\$1.183.563,53
(cota parlamentar não utilizada)

+ R\$2.472.748,52
(verba de gabinete não utilizada)

+ R\$206.062,38
(13º salário não utilizado)

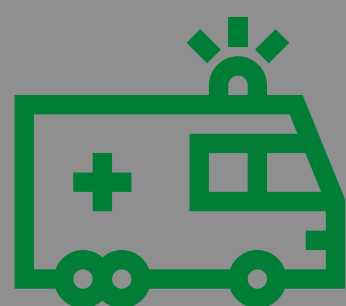
+ R\$68.687,46
(1/3 proporcional de férias não utilizado)

+ R\$630.630,18
(auxílio-alimentação não utilizado)

+ R\$533.866,41
(INSS patronal não utilizado)

R\$5.317.842,36

Com o valor
economizado,
poderiam comprar:



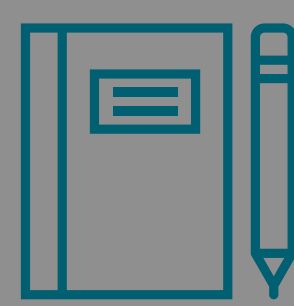
59
ambulâncias
(R\$90.000 cada)

ou



27 ônibus
escolares
(R\$193.632 cada)

ou



139.943 kits
escolares
(R\$38 cada)

Verba de Gabinete



Valor economizado em 36 meses

R\$2.472.748,52

A verba de gabinete é o valor destinado à contratação de assessores. Cada Deputado pode usar até **R\$111.575,59** por mês para contratar até 25 profissionais. Em janeiro de 2022, a equipe da Deputada contava com 9 assessores.

Saiba mais no site da [Câmara dos Deputados](#).

Cota Parlamentar



Valor economizado em 36 meses
R\$1.183.568,53

A Cota Para o Exercício da Atividade Parlamentar (CEAP) é um valor destinado para manutenção do escritório, transporte aéreo para Brasília e outras despesas de custeio, com o valor de até **R\$37.043,53/mês**. Os gastos são reembolsados mediante prestação de contas. *Valor apurado até 31/01/2022.*

Saiba mais no site da [Câmara dos Deputados](#).

sem privilégios



Além dos R\$5.317.842,36 economizados, a Deputada abriu mão de:

- ▶ *Auxílio mudança*
- ▶ *Aposentadoria especial*
- ▶ *Apartamento funcional*
- ▶ *Auxílio moradia*
- ▶ *Reembolso médico ilimitado*
- ▶ *Reembolso de refeições*
- ▶ *Passaporte diplomático*
- ▶ *Motorista, carro alugado e reembolsos de gasolina*

OBRIGADA!

    @adriaventurasp

  /adriaventura

 (11) 94395-0030

 falecomigo@adriaventura.com